

A IMPORTANCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O PROFESSOR DE GEOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

Antônio Carlos Coqueiro Pereira¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal, mostrar e fazer entender as particularidades em que estão divididos a disciplina de geografia, apontar a importância do aluno entender cada particularidade que dividem e subdividem as classificações dentro da disciplina relacionada acima, para que o educando possam ter motivação em aprender, compreender e entender os vários ramos da geografia em que estão incorporadas entre si. Também abordam a necessidade da preparação e formação continuada dos atores da função de professor da disciplina para ter maior interação e relação multi, intra e transdisciplinaridade para que suas aulas sejam cativantes e motivadoras, conduzindo e estimulando os professores da disciplina de geografia a serem pesquisadores. A metodologia da pesquisa foi bibliográfica, com vários autores teóricos sobre os assuntos abordados no trabalho. Tendo como alvo estudantes em graduação, pós-graduação *latus* e *strictus* senso, curiosos sobre o tema abordos.

Palavras-chave: Professores de Continuada, Formação de Geografia, Pesquisadores.

INTRODUÇÃO

Atualmente, a educação passa por transformações importantes para se tentar compreender o mundo e sua evolução. Dessa forma, o seu conceito modificou-se anos após anos e, por fim, pode-se afirmar que a educação tem por objetivos formar indivíduos para “aprender a aprender”, pois não se deve ignorar o que o aluno já sabe e traz para a sala de aula e trazer para o mundo escolar seu conhecimento em consonância com o novo.

A Educação enfatiza como condição necessária para as próximas gerações, quatro saberes fundamentais: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver. Estas concepções demarcam um novo olhar sobre a função educativa: não mais a transmissão de conteúdos, e sim a formação de sujeitos cognitivos com competências e habilidades para enfrentar situações inesperadas, solucionar problemas inéditos, acompanhar o desenvolvimento do conhecimento em suas áreas de interesse e respeitar a pluralidade cultural planetária (PAIXÃO, 2010, p. 03).

Morin (2001) diz que o papel da educação é de ensinar a enfrentar as dúvidas que aparecerão na vida. Em outras palavras, esse papel seria de instruir as pessoas no intuito de

¹ Graduado em Letras- Português/Inglês; Graduado em Pedagogia; Pós-Graduado em Psicopedagogia e Gestão Escolar; Mestrando em Gerência e Administração de Políticas Culturais e Educacionais no Kyré y São Postgrado – Asuncion – Paraguay – antoniocarloscoqueiro@gmail.com

viver e enfrentar os problemas que a vida impõe. Nesse caso, é visível entender que sem a vivência do problema dificilmente aprenderá a lutar por algo, muitas vezes, justo. Essas mudanças no cenário mundial e que diz respeito à sobrevivência da natureza e sua relação com os seres humanos jamais deve passar despercebido pelo ambiente escolar. Muitas vezes devem ser inseridas para se construir o processo de cidadania em que a sociedade julga necessário. Assim, é visível que o cidadão crie o hábito da reflexão das diferentes modificações em que o mundo passa.

Desse modo, a racionalidade ambiental se funde numa nova ética que se manifesta em comportamentos humanos em harmonia com a natureza; em princípios de uma vida democrática e em valores culturais que dão sentido à existência humana. Estes se traduzem num conjunto de práticas sociais que transformam as estruturas do poder associados à ordem econômica estabelecida, mobilizando um potencial ambiental para a construção de uma racionalidade social alternativa (LEFF, 2005, p. 85). Dentro desse contexto, percebe-se que a nova geração passa a ter uma atenção maior no que se refere a métodos e procedimentos que garantam uma tolerância, criatividade, flexibilidade, curiosidade, intelectualidade, sem abrir mão dos valores sociais, culturais e humanos que regem essa sociedade altamente globalizada.

Os professores passam a ter uma grande responsabilidade de formar cidadãos que irão ter que lidar com problemas de cunho social, numa provável organização social, e de cunho ambiental, dentro do processo da preservação desse meio natural. Sendo assim, SEGURA (2001) afirma que o papel do educador é de mostrar caminhos para se chegar apenas em uma única conclusão: desenvolver o conhecimento e a capacidade de julgamento consciente dos indivíduos que partilham uma mesma realidade.

A partir do exposto, fica evidente que o papel da educação está intimamente ligado no processo de ensino-aprendizagem do cidadão e inserção na sociedade, sendo este munido de conceitos que se julguem necessários para uma vida coletiva. No tocante à Educação Ambiental se faz necessário propor que esse cidadão possa repassar o que foi apreendido no ambiente escolar em sua casa e em grupos com amigos. Desta forma percebe-se sua atenção com o meio natural e essa preservação começa a ser garantida.

A educação para a cidadania requer que questões sociais sejam apresentadas para a aprendizagem e a reflexão dos alunos, buscando um tratamento didático que contemple sua complexidade e sua dinâmica, dando-lhes a mesma importância das áreas convencionais. Com isso o currículo ganha em flexibilidade e abertura, uma vez que os temas podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais e que novos temas sempre podem ser incluídos (PCN, 1998, p. 25).

Percebe-se então que a inserção de novos paradigmas, considerados importantes, possam ser unidos com os conteúdos já existentes das disciplinas obrigatórias no currículo escolar. Essa junção tem uma única finalidade: formação da cidadania de jovens e crianças em prol de uma sociedade compreensível e participativa no meio social. A preocupação atual se volta para integrar o ensino da geografia nas diversas áreas do conhecimento, propondo uma nova perspectiva sobre como abordar temas de suma importância para a sociedade, como por exemplo, a Educação Ambiental. Nesse sentido, torna-se relevante trabalhar conteúdos inerentes a esse contexto, favorecendo a conscientização dos discentes em prol de um desenvolvimento sustentável efetivo.

Quando se refere aos conteúdos programáticos da Geografia, tem-se a necessidade primordial em se trabalhar para considerando a realidade do aluno e traçando-se ações que se encaixam pertinentemente aos ideais propostos da disciplina. Dessa forma, a absorção dos conhecimentos se torna mais efetiva a partir do momento em que se há a interação conteúdo e realidade do aluno. Ou seja, a aprendizagem se faz dentro da contextualização do que o aluno vive com o que é proposto pelo currículo programático. Partindo desse pressuposto, entende-se que apesar dos professores terem a obrigação de seguir o conteúdo programático estipulado pelo MEC (Ministério de Educação e Cultura), eles também têm autonomia de escolher a forma metodológica mais adequada à transmissão desses conhecimentos para o aluno, isto é, “possuir domínio a respeito do que se aprende”, “de como se aprende” e “do que se pretende com a Geografia”, devem nortear o ensino da disciplina em sala de aula.

A Geografia Escolar vem, nesse momento, explicar que é necessário abordar conteúdos significativos da realidade vivenciada pelo aluno sem adentrar minuciosidades a ciência em questão. Até porque cabe ao professor esse entendimento mais detalhista dentro do seu processo de formação acadêmica. Ao aluno cabe aprender Geografia de forma dinâmica e significativa para o seu entendimento.

A esse respeito à Geografia Escolar lida com temas e conteúdos que não podem ser considerados um resumo do saber universitário. É fundamental que se compreenda que o discurso acadêmico e o discurso escolar no que tange à Geografia são diferentes. Ou seja, o ensino da Geografia nas escolas deve estar dimensionado para a aprendizagem dos alunos nos pontos específicos da disciplina e não para a formação de “pequenos geógrafos”.

Os conteúdos específicos da Geografia Escolar devem estar elencados numa prática sócio-espaciais e também num processo de conscientização do aluno no que tange a espacialidade das coisas e dos fenômenos. Nessa perspectiva, os professores devem trabalhar a disciplina como forma de formar cidadãos conscientes e críticos no que concerne a



organização do espaço geográfico. A Geografia, quanto ciência, possui diversos conceitos e de acordo com o Parâmetro Curricular Nacional, esse conceito não se encontra bem definido. No início, o documento mostra um breve histórico das principais correntes geográficas, apresentando suas etapas e seus objetivos. Vale ressaltar que a Geografia Tradicional e a Geografia Crítica são mais referenciadas no PCN. Mas, a abordagem crítica é a que melhor completa a ideia defendida pelo documento.

Perceber, em diversos fenômenos naturais, encadeamentos e relações de causa/efeito que condicionam a vida no espaço (geográfico) e no tempo (histórico), utilizando essa percepção para posicionar-se criticamente diante das condições ambientais de seu meio (PCN, 1998, p. 197).

Diante das análises dessas informações, o tema transversal Meio Ambiente inserido no PCN de Geografia é, sem dúvida, considerada como crítica, pois faz o aluno inserir-se como parte integrante do meio em que vive, não apenas através da observação, mas também numa análise de como há a interação dos seres humanos com a natureza e, com isso, propor maneiras de como resolver determinados problemas. Sendo assim, Moraes (1990) em seu livro intitulado Geografia: Pequena História Crítica, diz que:

A outra vertente, do movimento geográfico, agrupa aquele conjunto de propostas que se pode denominar Geografia Crítica. Esta denominação advém de uma postura radical, frente à Geografia existente (seja a Tradicional ou a Pragmática), a qual será levada ao nível de ruptura com o pensamento anterior. Porém, o designativo de crítica diz respeito, principalmente, a uma postura frente à realidade, frente à ordem constituída. São os autores que se posicionam por uma transformação da realidade social, pensando o seu saber como uma arma desse processo. São assim, os que assumem o conteúdo político de conhecimento científico, propondo uma Geografia militante, que lute por uma sociedade mais justa (MORAES, 1990, p. 112).

Seguindo a mesma linha de pensamento de Moraes, Guimarães (2000) afirma que “a transformação da sociedade é causa e consequência (relação dialética) da transformação de cada indivíduo, há uma reciprocidade dos processos no qual propicia a transformação de ambos. Nesta visão, educando e educador são agentes sociais (...) (2000, p. 17)”.

Seguindo o raciocínio de Guimarães (2000), ele complementa que a proposta crítica de Educação Ambiental vai trabalhar uma visão sistêmica de meio ambiente, tentando compreender sua totalidade como um conjunto na qual seus elementos interdependem se inter-relacionam, sempre na busca pelo equilíbrio dinâmico.

Com um componente necessariamente político, aponta para a transformação de realidades. Não se trata de uma crítica estéril da pesquisa ou no curso dela emergem projetos de ação em uma perspectiva de emancipação, de libertação das alienações. Trata-se de uma postura corajosa, porque ela começa primeira por confrontar a si mesmo (a pertinência de seus

próprios fundamentos, a coerência de seu próprio atuar) e porque ela implica o questionamento dos lugares-comuns e das correntes dominantes (SAUVÉ, 2005, p. 30).

Portanto, o meio ambiente e sua vertente Educação Ambiental serão vistos como um sistema que deve ser considerado como uma totalidade, onde seus elementos integrantes interagem entre si. LIMA (1997) fala que “de acordo com a corrente crítica da Educação Ambiental, o meio ambiente é visto como um objeto de transformação, um lugar de emancipação onde é possível desconstruir as realidades socioambientais visando à transformação dos problemas locais (1997, p.31)”.

A busca pela melhoria da qualidade do ensino deve ser uma constante na vida dos educadores. Partindo desta concepção, entende-se que repensar a ação docente é um desafio cotidiano, principalmente quando se almeja formar um aluno cidadão, consciente, crítico, ético, criativo e atuante na sociedade em que vive. Esse desafio se intensifica diante das rápidas e profundas transformações nos mais variados setores da vida contemporânea, acentuadas com a Terceira Revolução Técnico-Científica, acelerando a produção e disseminação de novos produtos e informações.

Neste sentido, a docência, por excelência, é uma atividade profissional de alta responsabilidade técnica, política e social, pressupondo-se, portanto, que a formação do educador requer compromisso e competência.

É sabido, todavia, que o cenário educacional denuncia, insistentemente, dicotomias existentes na prática educativa, as quais comprometem e, não raro, profundamente, o alcance dos objetivos mais amplos da educação, especialmente quando se deseja uma educação para a formação do sujeito consciente no exercício de sua cidadania, almejando a transformação qualitativa da sociedade em que vive.

Nesse contexto, pode-se citar como dicotomias existentes: Teoria X Prática; Ensino X Pesquisa; Ensino Superior X Ensino Fundamental e Médio; Conteúdo Específico X Conteúdo Pedagógico, dentre muitas outras.

Deste modo, constitui-se fato observável e não raramente frequente, a denúncia de que os cursos de licenciatura não incluem satisfatoriamente, entre seus elementos de estudo, os problemas das escolas públicas do ensino fundamental e médio, ou seja, a relação ensino e pesquisa nem sempre privilegia a relação teoria e prática. Isto significa que o confronto entre a realidade e a consciência, entre o mundo e a percepção do mundo, entre o quê, o como e o porquê ensinar, entre o agir e o pensar, não se dá de maneira permanente, não configurando a verdadeira práxis humana reflexiva - crítica, analítica, avaliativa (PERRENOUD: 1999).



Nesse mesmo caminho, CASTELLAR acrescenta: A prática educativa remete, freqüentemente, ao processo ensino-aprendizagem, que se reporta, sobretudo, à ação didática. A esse respeito, questionamos: Será que os professores dominam a prática e o conhecimento especializado com relação à educação e ao ensino? Em termos gerais, a resposta é não (1999, p. 48). Reportando-se, assim, à relação entre conhecimento específico e conhecimento pedagógico, buscamos em PERRENOUD, ao considerar a precariedade da formação profissional do professor, a confirmação de que: Sem pretender que a formação acadêmica dos professores seja perfeita, reconhecamos, entretanto, que deixa menos a desejar que a formação didática e pedagógica. O desequilíbrio é maior no ensino secundário e otimiza-se no ensino superior, já que uma parte dos professores universitários assumem este papel sem nenhuma formação didática (1999, p. 03).

Se a percepção destas dicotomias gera, por um lado, denúncias contra os gargalos que elas criam, inquietando os educadores com vistas à procura de possíveis alternativas e/ou caminhos que conduzam à equalização das mesmas, por outro, elas trazem à tona as constatações relativas ao despreparo dos professores para enfrentar as exigências da escola, particularmente a pública, de ensino fundamental e médio, que tem como clientela a maioria desprivilegiada da população brasileira. Este despreparo dos professores, por sua vez, denuncia a existência de possíveis "fendas" nos cursos de formação de professores (Licenciaturas), já que são eles que estão formando estes profissionais.

Neste sentido, foi a partir da percepção e vivência deste quadro na vida profissional que surgiu o problema que nos tem instigado a encontrar respostas para sua superação e/ou diminuição da distância entre a produção do conhecimento (Universidade) e a socialização do mesmo (ensino fundamental e médio), constituindo-se, desta forma, na proposta de pesquisa para dissertação de mestrado.

Acredita-se, pois, que "...a melhoria da qualidade da educação está vinculada, entre outras necessidades, à necessária construção de uma articulação permanente e profícua entre esses dois níveis de ensino" (COUTO e ANTUNES, 1999, p. 36).

No caso específico da disciplina geografia, percebe-se que a mesma tem sido, numa primeira análise, principalmente por parte dos alunos do ensino fundamental e médio, vista como uma disciplina inútil e decorativa. De acordo com PEREIRA, No mundo da escola, a sensação de inutilidade advém do senso comum e do fato de muitos professores de geografia não terem conseguido, ainda, desvencilhar-se do papel através do qual essa disciplina consagrou-se: o da descrição dos fenômenos, sobretudo "físicos" e paisagísticos. (1996. p. 48). Acrescenta-se ainda, o entendimento, enquanto senso comum, de que o conhecimento

geográfico é apenas contemplativo, fugindo de qualquer possibilidade de intervenção na realidade. Tal situação demonstra que, não obstante as discussões acentuadas a partir da década de 1970 no Brasil, especialmente no meio acadêmico - com o surgimento da Geografia Crítica -, questionando-se a Geografia Clássica (Tradicional) e a Geografia Quantitativa, de raízes positivistas e pragmáticas, não alcançou-se o desdobramento desejável no nível de sua aplicação no ensino, notadamente, nos níveis fundamental e médio, muito embora essa nova perspectiva ressaltasse a necessidade de se fazer uma crítica permanente, seja quanto ao propósito político, seja quanto ao epistemológico e metodológico da Ciência Geográfica.

A não aplicação desejável conduz ao descontentamento, fruto de constatações e análise sobre o ensino de Geografia que ainda se trabalha no Brasil, uma Geografia, nos aspectos teórico-metodológicos, não atrativos para os alunos muitas vezes desvinculada das questões sociais básicas de classe, ocultando seus conflitos e suas contradições. Esse suposto caráter politicamente neutro da Ciência Geográfica demonstra, pelo contrário, o seu papel eminentemente político em sua essência histórica: o seu (não raro) comprometimento com os interesses das classes dominantes, servindo como instrumento ideológico de dominação e poder, contribuindo, sobremaneira, para a perpetuação da sociedade de classes vigente, embora, caiba ressaltar, por outro lado, que seus conhecimentos também podem e devem contribuir para a emancipação social da grande maioria, ou seja, para a conquista e construção de uma sociedade com dignidade e qualidade de vida, uma vez que ela permite conhecer o espaço para melhor nele atuar e organizar-se. Acreditamos que seja justamente no aspecto político que se pode buscar subsídios para compreender o papel da Geografia nas escolas e, ainda, a quem servem seus conteúdos e sua forma de ensinar.

2.1 A GEOGRAFIA E A INTERAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE

As propostas de interdisciplinaridades na educação brasileira na atualidade mostram uma nova realidade no que se refere à questões voltadas para a preservação do meio ambiente. Os PCNs refletem nessa nova era da educação e traz assuntos pertinentes ligados às disciplinas, tratado sempre a sua maneira. Pode-se dizer que o currículo escolar passa a ser organizado em disciplina e nos temas transversais.

Como os temas transversais não constituem uma disciplina, seus objetivos e conteúdos devem estar inseridos em diferentes momentos de cada uma das disciplinas. Não sendo trabalhados e uma e em outra, de diferentes modos. Interdisciplinaridade e

transversalidade alimentam-se mutuamente, pois para trabalhar os temas transversais adequadamente não se pode ter uma perspectiva disciplinar rígida (GARCIA, 2004, p. 01).

De acordo com os PCNs, o Meio Ambiente passa a incorporar os temas transversais e, cabe a Geografia trabalhar seus conceitos sempre voltados para a sua preservação. Deve conter assuntos voltados à educação, cidadania e respeito à natureza. E, no olhar da Geografia, o meio ambiente sugere uma maior aproximação por tratar de questões socioespaciais, territorialidades e temporalidades do mundo e, além disso, faz entender o processo de ocupação do solo, se ocorre de maneira ordenada ou desordenada; crescimento populacional e sua relação com os recursos naturais; a questão da urbanização; entre outros. Dessa maneira, o PCN explica que “a Geografia abrange as preocupações fundamentais apresentadas nos temas transversais, identificando-se, portanto, com aquele corpo de conhecimentos considerados como questões emergenciais para a conquista da cidadania (1998, p. 26)”.

Todavia, o objeto de estudo da Geografia é tratar das interações da sociedade com a natureza no decorrer do tempo histórico, os temas de meio ambiente necessariamente serão trabalhados em seus conteúdos, facilitando a transversalidade e propondo aos alunos esse leque de visões críticas voltadas à preservação do meio ambiente.

O estudo de Geografia permite que os alunos desenvolvam hábitos e construam valores significativos para a vida em sociedade. Os conteúdos selecionados devem permitir o pleno desenvolvimento do papel de cada um na construção de uma identidade com o lugar onde vive e, em sentido mais abrangente, com a nação brasileira e mesmo com o mundo, valorizando os aspectos socioambientais que caracterizam seu patrimônio cultural e ambiental (PCN, 1998, p.39).

A Educação Ambiental deve ser compreendida como um trabalho interdisciplinar, pois é através dela que buscam-se novos meios e métodos para melhorar a qualidade de vida da população sem tantos impactos negativos à natureza. Dessa forma, a análise desses problemas ambientais será citada e absorvida pelos alunos para a formação de cidadãos sociais que buscarão uma ligação desse cenário mundial de destruição ecológica com um tema tão discutido nos dias atuais “a sustentabilidade socioambiental”.

A Geografia trabalha com uma proposta ligada a Educação Ambiental favorecendo uma visão clara dos problemas local, regional e, até mesmo, global. Após esse levantamento, ajuda a compreender as novas informações através de explicações e fornece meios para os discentes tomarem suas próprias decisões e, se possível, permite intervenções necessárias.

O estudo mais detalhado das grandes questões do Meio Ambiente (poluição, desmatamento, limites para uso dos recursos naturais, sustentabilidade, desperdício), permite o trabalho com a espacialização dos fenômenos geográficos por meio da cartografia. Permite, também, o trabalho com as estatísticas, base de dados, leitura e interpretação de gráficos que são importantes nos estudos comparativos, nas simulações e na ideia inicial sobre planejamento que os alunos podem ter. Ainda como conteúdo procedimental, trabalhar com a formulação de hipóteses, produção de gráficos e mapas, coleta, organização e interpretação de dados estatísticos, prática da argumentação etc. (PCN, 1998, p. 46).

É evidente que a Geografia e meio ambiente se relacionam desde que haja sempre a ligação da sociedade com a natureza. Dessa maneira é muito importante atentar que a partir dessa interação os alunos tenham a noção crítica no tocante à preservação ambiental.

A partir dessas indagações, é visível que a Geografia tenta abordar conceitos ambientais no intuito de fazer com que seus receptores mudem suas atitudes e valoriza a observação dos fatos e sua criticidade. Diante disso, pressupõe a formação de cidadãos voltados para a preservação do planeta. Segundo Gadotti:

O desenvolvimento sustentável tem um componente educativo formidável: a preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica e a formação da consciência depende da educação. É aqui que entra em cena a ecopedagogia. Ela é uma pedagogia para a promoção da aprendizagem do sentido das coisas a partir da vida cotidiana (GADOTI, 2002, p. 79).

Portanto, para se chegar a uma conscientização efetiva os profissionais de educação, em especial os de Geografia, devem estar atentos às novas tendências pedagógicas e aperfeiçoando-se no intuito de apreender melhor os assuntos referentes ao meio ambiente. Assim, os alunos podem assimilar de maneira eficiente o que o professor quer de fato que eles aprendam.

2.2 – A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA

Diante desse quadro, a formação dos professores de Geografia é fundamental. Em primeiro lugar, porque tais questões - política internacional, terrorismo, paz mundial, fundamentalismos (religioso, político, econômico, étnico, em geral “alimentados” pela cultura) - acabam provocando conflitos políticos em diferentes escalas geográficas. A sua abordagem na sala de aula suscita a consideração do território enquanto tal (superfície, população, recursos, organização do espaço geográfico), o que expõe as disputas políticas que

nele ocorrem. Essas questões, por excelência os temas da Geografia Política e da Geopolítica, questionam a neutralidade científica, a começar pelo fato de que o Ensino de Geografia não pode ignorá-los em sala de aula. Nessa medida, o Ensino de Geografia contribui para a compreensão de problemas do mundo atual.

Para tanto, é preciso que os professores de Geografia estejam preparados para levar os alunos a compreenderem que, quaisquer que sejam os embates entre os (e dos) Estados do mundo, a sua motivação (de qualquer natureza) nega a possibilidade de uma abordagem científica neutra. Entre os estudiosos da Educação e das disciplinas escolares, há um consenso: a pesquisa é indispensável para o bom desempenho do professor e do aluno; quando realizada na escola, facilita e incentiva o ensino e a aprendizagem de todos os envolvidos. Porém, 42 por cento dos alunos do Ensino Fundamental e 58 por cento dos alunos do Ensino Médio obtêm informações sobre as disputas políticas mundiais e os conflitos étnicos e sociais por meio do livro didático, da televisão e nas aulas de Geografia e História. O que percebe no cotidiano de ensino de geografia é a rejeição por muitos alunos em relação à disciplina, muitos não chega a apontar o seu interesse pelo aprendizado por achar a aula monótona, que não tem motivação e por cima não entendem o que foram explicados. E o que diz os professores: Por outro lado, não lhes escapa que o desinteresse e a ausência de conhecimento prévio acerca dessas questões, por parte de muitos alunos, são obstáculos para o ensino e a aprendizagem na sala de aula. Em parte, isso é uma decorrência de suas limitações (o “tempo livre” dos pais acaba sendo empregado como alternativa para aumentar o rendimento da família). De qualquer maneira, o não acompanhamento das atividades propostas pela escola é mais um entrave à educação de crianças, adolescentes e jovens e à formação da cidadania.

Dentre as várias sugestões que as professoras expuseram para melhorarem o seu desempenho profissional e, assim, contribuírem para a formação de cidadãos sintonizados com os problemas do mundo e comprometidos com mudanças no território onde vivem, destacam-se a reivindicação ao seu direito à formação continuada, e a organização, por parte da direção da escola, professores e outros, de palestras e minicursos para a comunidade em que as escolas se situam.

Essa última sugestão representa um avanço importante, pois as professoras compreendem que a formação da cidadania solicita uma parceria entre todos os envolvidos na educação, e que a educação não se restringe à escola, nem aos órgãos governamentais que a regulamentam e a dirigem, dentro e fora do município. Isso não seria um sinal de que



começam a ver que a prática pedagógica é, antes de qualquer coisa, uma prática social de caráter político?

CONCLUSÃO

Na atual realidade da educação brasileira, percebe-se que há um maior envolvimento governamental para a busca da sua qualidade. Assim, o ensino da Geografia também faz parte deste processo educacional e luta para a formação dos discentes. Dessa forma, a Educação Ambiental se volta em conjunto com a Geografia em um benefício que visa o desenvolvimento sustentável do país. Portanto, ensino da Geografia sempre irá contribuir para a discussão ambiental que envolve os setores educacionais do Brasil, pois a disciplina proporciona a construção de uma análise crítica sobre questões ambientais e de atividades voltadas para a comunidade escolar e civil nas decisões ambientais. No tocante aos docentes da disciplina em análise, verificou-se que há um distanciamento deles com relação à Educação Ambiental, muitas vezes demonstram despreparo para transmitir conteúdos inerentes ao tema em questão. Nesse caso, percebe-se que faltam ações educativas mais efetivas e capacitações para tentar sanar tais problemas. Dentro do contexto de formação desses professores, as instituições devem preparar esse profissional para poder expressar seus conhecimentos acerca de temas atuais no mundo, expondo disciplinas envolvidas com os problemas corriqueiros.

O que percebe é que ainda falta um preparo adequado para os professores que estão inseridos nas escolas, pois ainda usa um livro didático fora da realidade dos educandos, um currículo escolar fora da realidade do espaço onde estão inseridas as unidades de ensino e o mais constrangedor é saber que essa debilidade nos sistemas de ensino nas disciplinas de Geografia não está possibilitando o desenvolvimento social das comunidades que é um dos papéis da disciplina de geografia. Há um conhecimento dos alunos e professores, de uma maneira geral, e estão cientes da necessidade da abordagem de temas de Geografia Política e Geopolítica nas aulas de Geografia dos Ensinos Fundamental e Médio. Por isso mesmo, suas sugestões para a melhoria da aprendizagem e do desempenho profissional são pertinentes e significativas. Os alunos enunciam a importância da realização de trabalhos interdisciplinares nas aulas de Geografia, por meio de atividades ligadas às Artes, em suas diferentes manifestações, a exemplo da música e do teatro. De um lado, tais atividades podem motivar aqueles que não têm interesse por tais temas, em parte uma decorrência dos preconceitos em relação à Política e ao Político, muito fortes na sociedade brasileira; de outro, contribuem para



a aprendizagem de temas - reconheça-se isso - muitas vezes abstratos, isto é, que exigem o desenvolvimento do pensamento lógico.

Portanto, percebe-se que muitos educando não tem afinidade com a disciplina de geografia, devido a falta de uma formação continuada do profissional que está que tem a função de professor, também por falta de interesses do próprio professor que fica atrelados a livro didático e não procura expandir seus conhecimentos e se tornar um pesquisador para que possam empregar metodologias “magicas” para encantar os seus alunos no mundo geográfico.

REFERÊNCIA

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental : Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC, 1998, 174 p.

BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental. Lei 9795/99. Brasília, 1999.

CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. A Formação de Professores e o Ensino De Geografia. In: Terra Livre - As Transformações do Mundo da Educação - Geografia, Ensino e Responsabilidade Social. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, (14): p. 48-55, jan./jul. 1999.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. 33 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.

LEFF, E. Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

LIMA, F. C. As Contribuições da Educação Ambiental Para a Geografia no Ensino Fundamental: Possíveis Correlações. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Duque de Caxias, 2001.

MORAES, A. C. R. Geografia: Pequena História Crítica. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

PAIXÃO, M. R. A Educação Ambiental no Ensino da Geografia. Publicado em 27 de outubro de 2010. Disponível em [HTTP://www.webartigos.com/artigos/a-educacao-ambiental-no-ensino-da-geografia/50506](http://www.webartigos.com/artigos/a-educacao-ambiental-no-ensino-da-geografia/50506). Acesso dia: 22/01/2013.

PEREIRA, Raquel M. F. do A. Da geografia Que se Ensina à Gênese da Geografia. Florianópolis (SC): Ed. da UFSC, 1993.

PERRENOUD, Philippe. Saber Refletir Sobre a Própria Prática, Objetivo Central da Formação de Professores? Tradução Márcia Valéria de Aguiar, 1999. (versão preliminar - mimeo)

PONTUSCHKA, N.N; PAGANELLI, T.I; CACETE, N.H. Para Ensinar e Aprender Geografia. São Paulo: Cortez, 2007.



SAUVÉ, L. Uma Cartografia das Correntes em Educação Ambiental. In: SATO, Michele e CARVALHO, I. C. M. (org) Educação Ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.

ZABALA, Antoni. A Prática Educativa: Como Ensinar. Porto Alegre: Artmed Editora Ltda., 1998.